

TRAJETÓRIAS DE PROFESSORAS INTÉRPRETES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS/AS NO DISTRITO FEDERAL

Fabiana Alves de Carvalho¹
Juliana Eugênia Caixeta²
Rodolfo Santos Alves Almeida³

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise das experiências de Professoras Intérpretes que atuam em sala de aula regular com estudantes Surdos/as. Participaram dessa pesquisa sete Professoras Intérpretes, todas com formação superior. Para a construção dos dados, utilizamos a técnica carta. A metodologia de pesquisa foi qualitativa. A análise das cartas foi feita a partir da Análise Textual Discursiva, na qual metatextos são construídos. As narrativas das experiências das Professoras Intérpretes podem ser organizadas em um metatexto a partir de quatro significados preponderantes: o ofício; as contradições; os desafios e as conquistas. O ofício demonstra que as Professoras Intérpretes conhecem e executam suas atribuições, segundo a legislação. As contradições se referem às incompreensões quanto à profissional que elas são. Os desafios e as dificuldades se referem ao mesmo significado: às possibilidades ou não de uma interação colaborativa com os/as professores/as regentes para a execução de suas atividades. Faz-se necessário, nesse contexto, que a Secretaria de Educação do Distrito Federal dê visibilidade às/aos Professoras/es Intérpretes no que tange às especificidades de sua atuação para que professores/as regentes e intérpretes garantam os contextos educacionais adequados e necessários à inclusão de estudantes Surdos/as, com vistas ao pleno exercício da cidadania.

Palavras-chave: Professor Intérprete, Cartas, Surdos.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, analisamos a experiência de Professores/as Intérpretes em sala de aula com estudantes Surdos/as nas escolas públicas do Distrito Federal, no contexto da educação inclusiva. Para tanto, analisamos cartas de sete professoras que atuam neste contexto.

A relevância de se investigar esse fenômeno diz respeito a uma possibilidade de contribuir para eliminar a confusão no que se refere à atuação de Professores/as Intérpretes em sala de aula. Tal confusão pode ser percebida pela: 1º. diversidade de nomenclaturas que envolve o cargo, a saber: intérprete educacional- IE (LACERDA, 2002; QUADROS, 2004), intérprete de língua de sinais- ILS (MASUTTI; SANTOS, 2008; LACERDA; BERNARDINO, 2014; MÉLO; SOARES, 2015), tradutor intérprete de língua de sinais- TILS (BRASIL, 2010), tradutor intérprete de Libras- língua portuguesa- TILSP (QUADROS, 2004), professor intérprete (KELMAN, 2005; TUXI 2009) e professor intérprete educacional

¹ Mestranda em Ensino de Ciências da Universidade Brasília- UnB - DF, fabianacarvalho@edu.se.df.gov.br;

² Professora do Mestrando em Ensino de Ciências da Universidade Brasília- UnB- DF, eugenia45@hotmail.com;

³ Professor da Secretaria de Educação do DistritoFederal- SEDF- DF, rodolfoalmeida@edu.se.df.gov.br.

(SEDF, 2018); 2º. exigência quanto ao nível educacional cobrado para ser Professor/a Intérprete, por exemplo, a legislação atual, exige nível médio (BRASIL, 2010) e, também, ensino superior, “deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa” (BRASIL, 2005, art. 17) e 3º. indefinição quanto à função, na sala de aula, desse/a profissional.

No Distrito Federal (2018), essa função é tratada na Portaria 395/2018, em que a Secretaria de Educação do Distrito Federal dispõe que o/a professor/a intérprete educacional tem como atribuições:

Art. 100 são atribuições do professor intérprete educacional:

- I - estabelecer comunicação necessária à participação efetiva do estudante no ambiente escolar;
- II- interagir com o(s) professor(es) regente(s), a fim de sanar dúvidas e necessidades do estudante possibilitando ao professor a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem;
- III- preparar o conteúdo a ser ministrado juntamente ao professor regente de forma a facilitar a tradução de libras no momento das aulas e atividades escolares;
- IV- participar da elaboração, implementação e avaliação do PPP relacionado ao processo de inclusão do estudante surdo;
- V- elaborar juntamente ao(s) professor(es) regente(s) a adequação curricular do estudante (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 24).

Para assumir o cargo, a pessoa participa de concurso ou processo seletivo para a carreira de professor para o componente curricular em que tem a formação em nível superior (DISTRITO FEDERAL, 2010). Por exemplo, um/a professor/a graduado/a em Biologia faz concurso para professor/a de Biologia. Quando é aprovado/a e ingressa na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, mais precisamente, um ano após sua posse, se ele/a souber Libras e desejar ocupar o cargo de Professor/a Intérprete, ele/a é submetido/a um novo processo avaliativo, coordenado pelo Centro de Atendimento ao Surdo – CAS da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Nesse processo seletivo, o/a professor/a é avaliado por uma banca de profissionais que tem o objetivo de verificar a aptidão do/a profissional para o cargo de Professor/a Intérprete. Assim, o/a profissional é submetido/a a: a) análise de currículo, para verificar os cursos na área de Libras, que pode ser Curso(s) de Libras (180 hs), curso de Interpretação em Libras (60hs) ou Especialização em Libras (reconhecido pelo MEC); b) entrevista com os/as profissionais da banca, tendo, obrigatoriamente, pelo menos, um/a profissional Surdo/a e c) para comprovar a proficiência na Língua Brasileira de Sinais, o/a candidato deve, inicialmente, responder um questionário, em língua portuguesa, sobre a educação de Surdos/as, por exemplo: o que é educação bilíngue e se a pessoa ouvinte pode criar sinal. Ao final desse processo, o/a candidato/a é submetido/a a uma avaliação pela banca na qual deve:

dar voz em Língua Portuguesa a um vídeo em Libras, sinalizar um texto lido em português e responder, em Libras, perguntas elaboradas pela banca a partir das respostas que cada candidato/a deu para cada pergunta do questionário. Nesse momento, então, a banca dialoga, em Libras, com o/a candidato/a.

A peculiaridade da contratação de Professor/a Intérprete no Distrito Federal está na exigência do curso superior. A maioria das Secretarias Estaduais e Municipais exige, apenas, ensino médio para esse cargo, o que é validado pela Lei 12.319 (BRASIL, 2010). Vale, no entanto, ressaltar que tramita, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 9382/17 que tem o objetivo de revogar a lei atual (BRASIL, 2010) para que haja a exigência de formação em nível superior específica para a profissão de Tradutor, Guia-intérprete e Intérprete de Libras. Pelo projeto, serão requisitos para o exercício dessas profissões:

- bacharelado em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa;
- bacharelado em Letras com habilitação em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa;
- cursos superiores em outras áreas e diplomas de extensão, formação continuada ou especialização com carga horária mínima de 360 horas, além de aprovação em exame de proficiência (BRASIL, 2019, web).

Nas escolas públicas do Distrito Federal, essa pesquisa se faz necessária, pois há funções diferentes para profissionais de mesma carreira dentro da mesma sala. Essa situação, na escola inclusiva, tem gerado dificuldades de atuação profissional, uma vez que o/a professor/a regente tende a acreditar que o/a estudante Surdo/a não é de sua responsabilidade, mas do/a Professor/a Intérprete. Por isso, a necessidade de o/a Professor/a Intérprete perceber que não deve apenas conhecer e dominar a Libras para se considerar um ótimo tradutor intérprete, pois sua função, na sala de aula, não é apenas traduzir e interpretar, como demonstra a Portaria 395/2018 (DISTRITO FEDERAL, 2018), já citada neste trabalho. Sua atuação tem a ver com planejar, executar e avaliar projetos educacionais que atendam as necessidades do/a estudante Surdo/a, de forma colaborativa com os/as professores/as regentes, almejando, inclusive, o estabelecimento desse serviço no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola. Por outro lado, o/a Professor/a Regente que compartilha esse espaço do ensinar no contexto da educação inclusiva, também precisa perceber que sua função vai além de ministrar sua aula de maneira isolada. Precisa atuar colaborativamente para atender as particularidades dos/as estudantes, incluindo, aqueles/as que são Surdos/as.

Outra situação que tem transtornado a construção da identidade do/a Professor/a Intérprete se refere ao/à Professor/a de Libras. No Distrito Federal, na Sala de Recursos Especialista para estudantes Surdos/as, há a carreira de Professor/a de Libras. Esse/a

profissional é formado/a em Letras-Libras e tem as atribuições de ministrar o ensino de Libras, em Libras, no contraturno, para estudantes de Surdez/ Deficiência Auditiva que optarem pelo aprendizado da Língua de Sinais; ministrar cursos de Libras nas Unidades Escolares polo⁴ para a comunidade; organizar cursos para mães/pais/responsáveis; participar da elaboração, implementação e avaliação do PPP relacionado ao processo de inclusão do/a estudante Surdo/a.

Ainda no que se refere à sala de recursos específica para estudantes Surdos/as ou com Deficiência Auditiva⁵, vinculada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), temos um conjunto de profissionais, que precisam atuar em conjunto para a efetividade do AEE. São eles/as: o/a Professor/a Especialista de Exatas, Professor/a especialista de Códigos, Professor/a especialista de Humanas e o/a Professor/a de Língua Portuguesa como Segunda Língua (L2).

O processo de educação inclusiva de qualquer estudante e dos/as estudantes Surdos/as, foco desse trabalho, necessita de profissionais, com diferentes formações, que tenham clareza de suas atribuições. Isso porque a atuação colaborativa é essencial para, por um lado, atender as especificidades linguísticas, sociais e culturais dos/as estudantes Surdos/as e, por outro, promover a mediação de conceitos para todos/as os/as estudantes que compõem a classe.

METODOLOGIA

Trata-se de uma investigação qualitativa, pelo seu interesse em compreender as narrativas de Professoras Intérpretes nas salas de aula do Distrito Federal (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Optamos pelo delineamento de pesquisa narrativa, com a utilização da

⁴ Escola Polo: é uma escola que existe em cada cidade satélite do Distrito Federal, que tem o objetivo de ofertar todos os atendimentos especializados necessários para que os/as estudantes Surdos/as ou com Deficiência Auditiva sejam incluídos/as na escola regular. Dessa forma todos/as os/as estudantes Surdos/as ou com Deficiência Auditiva de uma determinada cidade satélite do Distrito Federal são encaminhados/as para a Escola Polo dessa determinada cidade para terem os Atendimentos Educacionais Especializados, porque, nessa escola, o/a estudante encontrará a sala de recursos com professores/as especialistas na área de Exatas, Ciências Humanas e Códigos e, também, Professores/as Intérpretes de Libras. Assim, a organização da Escola Polo é feita pela Coordenação Regional de Ensino –CRE de cada cidade satélite. Em geral, as Escolas Polo são organizadas para atender cada nível educacional, ou seja, uma Escola Polo atende estudantes Surdos/as ou com Deficiência Auditiva para os Anos Iniciais; outra para os Anos Finais; outra para o Ensino Médio e, se necessário, outra para a Educação de Jovens e Adultos.

⁵ Do ponto de vista Clínico o que difere a pessoa Surda ou com Deficiência Auditiva é o grau da perda. Indivíduos que apresentam perda severa ou profunda são considerados Surdos, já indivíduos com perda leve ou moderada são deficientes auditivos, contudo não se deve seguir essa perspectiva para a Educação dos estudantes Surdos, ela não é suficiente, pois existe um componente cultural, identitário e linguístico a serem considerados e não está ligado ao grau da perda auditiva.

técnica de pesquisa carta, porque queremos ter acesso à experiência profissional por meio dos significados que as próprias professoras constroem/atribuem a essa experiência, entendida como: “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (BONDÍA, 2002, p. 21).

A técnica carta se justifica pelo fato de o ato de escrevê-la permitir ao/à escritor/a ter tempo para a reflexão e para a construção do texto, o que implica na possibilidade de revisão textual. Ao escrever uma carta, o sujeito imprime suas emoções e, ao socializar sua escrita, torna esse registro interacional (NETTO; SPAGNOLO; FLORENTINO; AMARAL; ZANCANER, 2012).

A pesquisa se iniciou com um convite, encaminhado pela pesquisadora, em meio digital (email e grupo de *WhatsApp*), para Professores/as Intérpretes da SEEDF. Ao todo, foram convidadas a participar da pesquisa doze profissionais. Desses, sete aceitaram participar da pesquisa, após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Participação em Pesquisa.

Com o aceite, a pesquisadora solicitou às participantes que escrevessem uma carta, narrando suas experiências como Professoras Intérpretes. As cartas foram enviadas à pesquisadora por meio eletrônico entre os dias 17 de novembro a 01 de dezembro do ano de 2018.

As professoras intérpretes participantes estão ou estiveram em atuação na área de tradução e interpretação da língua de sinais – língua portuguesa – na SEEDF, de 1 a 11 anos. Elas serão chamadas aqui pela sigla PI e um número de acordo com a ordem de envio das cartas. Esse procedimento tem a ver com o compromisso com o sigilo.

Quanto à formação das profissionais: PI1 é formada em Letras Libras, História e possui Pós-graduação em Libras; PI2 em Ciências biológicas; PI3 em Pedagogia, Letras Língua portuguesa/Língua Inglesa e Pós em tradução de Libras; PI4 em Magistério (ensino médio), Letras Língua portuguesa e Pós-graduação em Libras; PI5 em Magistério (ensino médio), Estudos Sociais/História e Pós-graduação em Ensino Especial; PI6 em Magistério (ensino médio), Letras Língua portuguesa/Língua Inglesa, Letras Libras, Pós-graduação em Ensino especial e em Libras e PI7 Administração, Pedagogia, Pós-graduação em Libras.

A análise foi feita de acordo com os procedimentos propostos por Moraes e Galiazzi (2007): unitarização e metatexto. Esses procedimentos foram feitos para cada carta. Ao final, realizamos a construção de um metatexto, considerando todas as cartas.

RESULTADOS

“A Análise Textual Discursiva tem o objetivo de construção de metatextos que expressem significados elaborados a partir de um corpus e criem condições para a emergência de novos entendimentos sobre um fenômeno estudado” (ANJOS, 2018, p. 85). Assim, as narrativas das experiências das Professoras Intérpretes podem ser organizadas em um metatexto a partir de quatro significados preponderantes: o ofício; as contradições; os desafios e as conquistas.

O ofício

O ofício de Professora Intérprete implica na atuação de si como professora que marca a identidade delas com a especificidade de ser alguém capaz de mediar conhecimento com o/a estudante Surdo/a. Portanto, o ofício tem relação com o compromisso ético das profissionais de atuar com Surdos/as. Com isso, entendemos que as Professoras Intérpretes sabem o que devem e querem fazer em sala de aula.

Dessa forma, parece que o ofício docente de Professora Intérprete é expresso com clareza pelas atribuições que elas identificam ter: garantir a acessibilidade linguística; didática; relacional, portanto, acadêmica para o/a estudante Surdo/a; orientar professores/as regentes, inclusive na adequação curricular, e orientar a família.

Elaborei inúmeros materiais para que as alunas pudessem entender todo o conteúdo, este material poderia ajudar também aos alunos ouvintes, porém só foram utilizados com as surdas (Professora PI2).

1. Na primeira reunião de apresentação dos professores já dizia meu nome e minha função, e em poucas palavras falava sobre meu trabalho, as dificuldades a serem vencidas num trabalho conjunto, e como é o aluno surdo.

2. Na primeira coordenação coletiva, reforço a apresentação da minha função, explicando o tipo de relação que o profissional intérprete e os alunos surdos teriam com a direção, orientação, docentes e discentes da escola. Abordo os aspectos legais da inclusão, o que é, a necessidade e orientações de como fazer a adequação curricular.

3. As provas são entregues com antecedência para preparar a interpretação. No meu caso, eu redijo novamente as provas com as adequações visuais necessárias. As datas de realização das mesmas são combinadas diretamente com o professor ou são estabelecidas datas específicas para todas as séries/turmas de surdos. São feitas em

sala de recurso, uma vez que os alunos surdos usam um tempo bem maior do que os ouvintes para realização das provas.

- 4. Trabalhos, reforço e atividades são realizados comigo em horário contrário, no espaço e material da sala de recurso, ou no horário da aula, com autorização do professor, para ensinar os conteúdos das diferentes disciplinas, na forma de classe especial, para melhor compreensão. Durante a aula, conforme a necessidade, reúno em grupos ou duplas, para realizarem atividades ou reforço, contando com ajuda direta do professor regente.*

As datas de entrega dos trabalhos são estendidas, e a quantidade de exercícios é em menor quantidade, combinações feitas entre intérprete e professor. (Professora PI5).

Eu como profissional intérprete sempre busquei respeitar o espaço do professor regente, auxiliando no que se referia a Inclusão e Adequação Curricular dos estudantes surdos.

Uma questão relevante de abordar aqui é a atuação dos pais. Alguns pais ouvintes dos surdos os veem como deficientes e incapazes. Não buscam aprender a Língua de sinais e muitas vezes ignoram e rejeitam. Consegui orientar e convencer alguns pais da importância da LIBRAS para a comunicação e sucesso do estudante surdo, tanto no relacionamento pai e filho como também em sua autonomia e independência durante a vida. Mas também já tive pais que se interessavam em aprender e se esforçavam para ajudar seu filho. Essa postura muito colaborava para o crescimento educacional do estudante, tanto nos deveres de casa, como nas orientações gerais. (Professora PI6).

Apesar de toda as exigências da escola, a função intérprete vem em primeiro lugar, adequando todo ambiente ao surdo e o surdo ao ambiente, além de destacar a importância da LIBRAS e do indivíduo Surdo para a comunidade local. (Professora PI 7).

As contradições

As contradições que as Professoras imprimiram a suas narrativas se relacionam a uma incompreensão quanto à profissional que elas são. Elas demonstram, em suas narrativas, que as incompreensões são institucionais, ou seja, da própria Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), e, também, dos/as colegas, professores/as regentes.

Para trabalhar com alunos em sala de aula pressupõe que a pessoa tenha formação acadêmica em alguma área, licenciada em alguma matéria, mas os profissionais da área na

qual atuo me denominam de diferentes formas e ainda se dão ao trabalho de mostrar surpresa quando informo que sou licenciada em História e Letras Libras.

O conceito de não formação é atribuída a nós intérpretes pelos próprios colegas, (um professor achava que o intérprete não tinha formação superior em licenciatura e sim somente o ensino médio, não sendo assim professor e sim um auxiliar de educação). (Professora PII).

As narrativas, além de apontarem quais são as contradições vividas no ofício como Professoras Intérpretes, apontam veementemente as consequências dessas contradições para elas mesmas e para os/as estudantes Surdos/as.

Nesses anos pude perceber quão desvalorizado é esse profissional dentro da Sedef. Não há concurso pra intérprete educacional no DF e portanto os profissionais que desempenham tal papel, são professores, sejam estes concursados ou contratados temporariamente. Os professores regentes muitas vezes veem esse profissional como um “espião” dentro de sala de aula.

Acontecia também por parte dos professores regentes uma confusão de função... Certa vez, uma professora estava chamando atenção dos alunos e acabou falando comigo igual falou com eles. A turma riu... Eu tive de lembra-la que eu era “tão” professora quanto ela e que estava nessa função pra auxiliar e garantir aos surdos o acesso à informação. Ela ficou sem graça e se desculpou. (Professora PI4).

Nesse contexto de contradições, elas apresentaram posicionamentos flexíveis de si no que se refere à atuação nas diferentes escolas; ou seja, em cada escola, sob cada gestão, elas vão se adequando de maneira a combinar, da melhor forma possível, o que devem fazer ao que podem fazer no contexto de atuação. Tal flexibilidade, em alguns casos, vem acompanhada de indignação pela incompreensão quanto ao trabalho que elas deveriam executar.

A aceitação dos professores sobre as demandas dos alunos, como se não fizessem parte do rol de alunos da sala como os outros alunos e estes alunos surdos fossem “meus” alunos particulares e não parte integrante de uma turma reduzida, integrante de um todo.

Mas tenho como certeza que independente de qual aluno ou a quantidade de aluno que “atendo” meu papel de educador não tem limites desde que possa contribuir com algo de bom. (Professora PII).

“Em 2018 tive um choque de experiências, de CEF fui para Escola Classe, digo choque, pois continuei conduzindo meu trabalho com empenho e carinho que havia levado da

outra escola, mas só me disseram que eu estava errada em alguns procedimentos uns 3 meses depois, esta situação me constrangeu e desanimou, pensei em ir para outra escola, mas achei por bem, enfrentar o desafio, afinal encontrei pessoas/ profissionais dispostos a me ensinar e me ajudar a adequar os processos. A supervisora havia deixado claro em uma de suas falas que professor intérprete de EC é professor de tudo, não havia compreendido até começar as coordenações, projetos, testes, etc; e apesar de me sentir um peixe fora d'água no começo, hoje me sinto capacitada, segura e mais ainda profissional, e as mesmas pessoas que me constrangeram no começo solicitam minha participação para auxiliar professores que tomaram posse recentemente a se enquadrarem nos quesitos necessários para uma escola classe". (Professora PI 7).

Do ponto de vista do atendimento aos/às estudantes Surdos/as, as Professoras Intérpretes denunciam que o desconhecimento e dificuldades de interação entre elas e os/as professores/as regentes tendem a gerar prejuízos significativos para o processo educacional deles/as.

Vi nestes últimos dois anos o quanto uma profissional na área com uma boa formação em LIBRAS faz falta nas séries iniciais, na sala de aula vi alunos sem qualquer comunicação que choravam na hora da prova, porque não entendiam nada do que se estava pedindo no enunciado e a gama de vontade deste mesmo aluno em aprender destituindo a forma pejorativa de professores velhos de casa que diziam que não sabiam porque eram "preguiçosos", a ausência de profissionais na área que fizesse esta ponte anterior entre o professor e o aluno surdo é o que ocasionou este choro (Professora PII)

Os desafios

Os desafios narrados tem a ver com a atuação das Professoras Intérpretes no chão da escola, mais precisamente, sobre as dificuldades que elas tem encontrado para executar suas funções. Os desafios dizem respeito a: a) própria língua de sinais, que ainda não possui vocabulário suficiente para a tradução de diferentes conceitos científicos; b) ausência ou insuficiência de recursos didáticos adequados às necessidades dos/as estudantes Surdos/as; c) interação delas com os/as professores/as regentes; d) bullying e e) formação de professores/as.

O primeiro grande problema enfrentado é a questão da falta de padronização dos sinais. Outra barreira foi a questão de não ser especialista em todas as áreas de conhecimento.

Há também a questão de professores que falam muito rápido ou muito alto ou muito baixo. Acredito que seria interessante que uma conscientização aos professores da necessidade de falas bem articuladas e em um bom tom de voz, para que o TILS possa transmitir toda a informação de forma coerente sem se perder no meio da explicação. Ainda no que cerne os professores, para os alunos ouvintes as experiências em geral são auditivas, porém para os surdos a memória é visual, poucos são os professores que se preocupam em elaborar materiais que possibilitam esta experiência.

Quanto aos colegas de classe, percebi que quando eram comparados ou inferiorizados aos alunos surdos, estes ficavam soltando piadinhas ou indiretas quanto as adaptações que são feitas aos alunos portadores de surdez, tal adaptação é extremamente necessária, pois a compreensão do mundo e dos seus fenômenos é totalmente diferenciada. (Professora PI2).

A educação dos surdos vem conquistando alguns avanços mas ainda precisa ser implementada uma política na formação continuada adequada para os professores para trabalhar com esse alunado, investimento na acessibilidade das escolas, adaptações no projeto político pedagógico, no currículo, na avaliação e conhecimento na Língua de Brasileira de Sinais não só por parte dos professores, mas de todos os membros da escola. (Professora PI3).

Uma das maiores dificuldades foi o professor regente não aceitar as adequações, uma vez que não se sentia disposto a mudar sua forma de trabalho. (Professora PI5).

Infelizmente tive colegas que via os estudantes surdos como meus alunos e não deles. Não repassavam o planejamento a não ser se eu os perguntasse. Não interagiam com os estudantes surdos e preparava atividades que não dava para eles realizarem, como por exemplo, correção oral, ditados e descrições de pessoas e paisagens sem o material concreto, tais como fotografias e fichas. E neste momento eu tinha que intervir para promover a acessibilidade do surdo, então eu escrevia no quadro ou em folhas as respostas ou textos ditados, pesquisava as imagens descritas por elas, pois a descrição na Libras, algumas vezes, não era suficiente. (Professora PI6).

As conquistas

As conquistas dizem respeito a atuações bem sucedidas enquanto intérpretes. Nas narrativas, essas atuações aparecem ancoradas no trabalho colaborativo com professores/as regentes.

O profissional intérprete se depara com algumas dificuldades. Uma delas é a relação professor intérprete e professor regente. Neste período me deparei com colegas interessados com a causa dos surdos, dando espaço para o aprendizado e interação dos estudantes surdos e ouvintes. Partilhando o planejamento e preocupados com a Adequação Curricular, preparando materiais visuais e concretos para facilitar a aprendizagem desses estudantes. Uns até fizeram cursos de LIBRAS e realmente incluíam os surdos sem minha interferência. (Professora PI6).

A primeira escola que trabalhei, foi em CEF, fui bem recebida por todos do diretor ao pessoal da limpeza, havia um sala específica para atendimento ao surdo o que nos possibilitava focar nas especificidades dos alunos surdos e me proporcionava tranquilidade para trabalhar, na escola era bem definido a função do professor intérprete, nunca me foi cobrado nada que não se tratasse da minha área, claro que toda a equipe que trabalhava comigo fazia de tudo para mostrar a função e finalidade do nosso serviço e principalmente destacar a importância do surdo em contexto escolar. (Professora PI7).

DISCUSSÃO

Essa pesquisa, baseada em cartas de sete professoras intérpretes da SEDF sobre suas experiências nessa função dentro das unidades escolares (UEs) públicas, evidenciou que as Professoras Intérpretes se identificam como Professoras. A identidade docente parece se sustentar, principalmente, nos saberes específicos que elas construíram para a atuação em sala de aula e, também, na própria atuação, que está de acordo com as diretrizes do artigo 100 da Portaria 395/2018 (DISTRITO FEDERAL, 2018).

As Professoras Intérpretes tem clareza sobre sua função na sala de aula e procuram adequar o compromisso que assumiram no ofício docente como professoras especialistas com as rotinas das diferentes escolas, sem perder de vistas o modo de execução do ofício de professora intérprete.

As Professoras Intérpretes dessa pesquisa demonstraram saber a relevância que elas tem no processo educacional dos/as estudantes Surdos/as e procuram, por meio de suas habilidades pedagógicas e sociais, garantir o processo inclusivo deles/as. Para tanto, sabem que sua função é para além de sinalizar. Como professoras, elas compreendem que a

sinalização é um resultado final de um processo educacional que inclui planejamento, execução e avaliação, em conjunto com o/a professor/a regente, do que será ensinado. Esse posicionamento está de acordo com a descrição das atribuições de Professor Intérprete (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Portanto, elas não se posicionaram como tradutoras de conteúdos para estudantes Surdos/as, mas como professoras que atuam em colaboração com o/a estudante Surdo/a, com o/a professor/a regente, com os/as colegas da turma e com a família, inclusive, no que se refere a orientações quanto a adequações curriculares.

Nossa pesquisa demonstra, portanto, a necessidade de o/a profissional intérprete construir uma identidade enquanto professor/a. Nesse sentido, questionamos a posição do Ministério da Educação (BRASIL, 2004) quanto à proposta contraditória de que esse/a profissional tenha duas profissões: a de professor/a e a de intérprete de língua de sinais. Isso porque, em nossa pesquisa, evidenciamos que um/a profissional professor/a possui saberes docentes que tendem a favorecer a mediação de conceitos científicos na escola, porque sabem sobre didática, desenvolvimento humano, currículo e avaliação.

Quanto ao exercício do ofício, as Professoras Intérpretes destacaram a relação delas com os/as professores/as regentes tanto como um desafio, quando eles/as as excluem do processo educacional de planejar e executar as atividades pedagógicas, quanto como uma conquista, quando as incluem. Sobre isso, Kelman (2005b) aborda a relevância da integração entre professores/as regentes e professores/as intérpretes, nas salas de educação inclusiva de estudantes Surdos/as, no que diz respeito ao planejamento, à coordenação, à integração na interpretação e na fala, às mudanças de enunciados das provas, enfim, uma atuação colaborativa que garanta as adequações necessárias a cada estudante.

No que se refere às contradições, percebemos que o foco delas parece se relacionar mais a posicionamentos de outros do que das professoras. Elas sabem o que precisam fazer e como devem atuar como professoras Intérpretes, mas, nem sempre, as pessoas com as quais elas trabalham sabem. Daí, a necessidade de ensinar, como narrou PI5 na sua carta, ou ainda, de se adaptar aos contextos, como narraram PI6 e PI7.

Com isso, temos que as atribuições que a SEDF estabelece para o/a professor/a intérprete educacional são seguidas (DISTRITO FEDERAL, 2018). No entanto, percebe-se que, muitas vezes, a professora intérprete pega para si funções que não são suas, e sim do/a professor/a regente e/ou dos/as professores/as de sala de recurso, por essa dificuldade de compreensão (KELMAN, 2005; TUXI, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o que foi apresentado neste artigo, evidenciamos o avanço da legislação do Distrito Federal, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em selecionar professores/as, graduados/as, especialistas em Libras, para a função de Professor/a Intérprete.

Acreditamos que, por estar na escola, atuando com educação, a função de Professor/a Intérprete, ou nomes afins, deve ser preenchida por profissionais que tenham competências específicas para a atuação docente, uma vez que as habilidades e conhecimentos desses/as profissionais tendem a favorecer o processo de ensino e aprendizagem dos/as estudantes Surdos/as em sala de aula no contexto inclusivo. Para tanto, tais profissionais, como demonstrado nessa pesquisa, exercem o ofício de Professoras Intérpretes, considerando toda a sala de aula e a rede de profissionais que compõe a escola, inclusive, os serviços especializados e recursos didáticos que tem potencial para promover o desenvolvimento e aprendizagem do/a estudante Surdo/a numa perspectiva inclusiva.

O êxito em suas atuações se centra no exercício do seu ofício e a dificuldade se centra na incompreensão sobre o que elas, como Professoras Intérpretes, devem e podem fazer em sala de aula, numa proposta colaborativa.

Com isso, entendemos que são necessários esforços de Professoras/es Intérpretes e Gestores/as no sentido de aproximar a prática docente desses/as Professores/as ao avanço da legislação que já possuímos e que define com propriedade as atribuições do/a Professor/a Intérprete de Libras. Para isso, professores/as da sala regular e professores/as da sala de recursos precisam construir novas concepções sobre a atuação do/a Professor/a Intérprete no sentido de considerá-lo/a um/a colega docente em sala de aula e novas relações de reciprocidade que favoreçam o desenvolvimento de estratégias de ensino e de recursos didáticos que favoreçam o processo de aprendizagem de todos/as os/as estudantes, dentre os quais, estão os/as Surdos/as e os/as ouvintes.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. 1994. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora.

BRASIL. O tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Especial/Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da União em 1º set. 2010.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Trabalho aprova nível superior para intérprete de Libras. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/579090-trabalho-aprova-nivel-superior-para-interprete-de-libras/>. Acessado em 13.09.2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Portaria nº 395 de 14 de dezembro de 2018. Dispõe sobre os critérios referentes à atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal nas atividades de docência e na orientação educacional, sobre a organização e atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Portaria nº 173, de 20 de junho de 2018 Dispõe sobre critérios para concessão de aptidão para os servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

FRANCIOSI, L. L., Cartas: um instrumento desvelador da amorosidade do ser professor. XI Congresso Nacional de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná- PUCRS, Curitiba, 2013.

KELMAN, C. A. Os diferentes papéis do professor intérprete. Revista Espaço (INES), Rio de Janeiro, v.24, p. 25-30, jul./dez. 2005.

KELMAN, C. A. “Aqui tudo é importante!” Interações de alunos surdos com professores e colegas em espaço escolar inclusivo. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2005. p. 134

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L.; TESKE, O. (Orgs.). Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002, p. 120-128.

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais em sala de aula: experiência de atuação no ensino fundamental. Revista Contrapontos, v. 5, n. 3, 2005, p. 353-367.

LACERDA, C. B. F de; BERNARDINO, B. M. O papel do intérprete de língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. In LODI, A. C. B; LACERDA, C. B. P, et al. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 4º Edição, 2014, p. 65-79.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. 2002, P. 21.

MASUTTI, M. L.; SANTOS, S. A. dos. Intérprete de Língua de Sinais: uma política em construção. In Ronice Müller de Quadros (Org). Estudos Surdos III. Petrópolis: Arara Azul, 2008, p. 150.

MÉLO, A. D. B.; SOARES, F. P. (2015). O Intérprete de Língua de Sinais (ILS) no Ensino Médio. LODI, A. C. B.; MÉLO, A. D. B.; FERNANDES, E. (Orgs.) Letramento, bilinguismo e educação de surdos, 2ª. ed., Porto Alegre, Mediação, 2015, p. 373 – 391.

NETTO, C.; SPAGNOLO, C; FLORENTINO, J.; AMARAL, L.; ZANCAN, S.; PORTAL, L. L. F. . Cartas: um instrumento desvelador que faz a diferença no processo educacional. Educação Revista Educação por Escrito, PUCRS v. 3, nº 1, 2012. p. 14-21.

TUXI, P. A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009, P 28-30.

YIN, R. K. (2016). Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso.